



**Valorização do professor**  
Seminário organizado pela AdUFRJ debateu a carreira docente, desde os dilemas pós-pandemia até a Funpresp

**Páginas 6 e 7**

**CONTRA OS**

# **CORTES**

**CORTE O GOVERNO**



## EDITORIAL



## CAR@ COLEGA

## DIRETORIA

Um ato político fundamental hoje é fomentar a discussão política, cultivar o espírito crítico na sociedade e, especialmente, na universidade. Com essa ideia, a AdUFRJ promove um ciclo de debates sobre o papel da Educação, Ciência e Tecnologia no processo de reconstrução do Rio de Janeiro. A proposta é escutar e discutir ideias com lideranças políticas, acadêmicas e sociais do nosso estado. Os debates começaram em maio, com o deputado Marcelo Freixo, o presidente da Alerj, André Ceciliano, e as professoras Tatiana Roque e Dani Balbi. Na próxima segunda, teremos a presença do nosso colega professor Eduardo Serra, da Escola Politécnica.

Na sexta-feira (27), fomos atropelados por mais um drástico contingenciamento dos recursos da universidade. Àquela altura, já havíamos convidado o deputado Alessandro Molon para ser o próximo palestrante, no dia 30 de maio. Por sugestão do parlamentar, conseguimos transformar o encontro num contundente protesto contra os últimos cortes orçamentários. Além de Molon, participaram também o presidente de honra da SBPC, professor Ildeu Moreira, o ex-presidente da Academia Brasileira de Ciências, professor Luiz Davidovich, e a secretária regional da SBPC, professora Ligia Bahia. Juntos, todos disseram um sonoro não aos cortes.

A pressão parece ter surtido algum efeito, pois no fechamento desta edição, no fim da tarde de sexta-feira (3), o governo recuou e liberou metade dos recursos que já havia bloqueado. Veja mais detalhes na matéria da página 3.

São cortes ilegais. A lei proíbe expressamente que o FNDCT sofra limitação de despesas. Na UFRJ, a tesourada faz com que

a universidade só tenha verba para funcionar até agosto.

As universidades são fundamentais para qualquer governo que queira construir uma sociedade mais justa e mais inclusiva. No entanto, órgão responsável pela gestão do ensino superior no país, o MEC sofreu severos e profundos cortes no atual governo. Corte de recursos, de eficiência e de confiabilidade. Estamos no quinto ministro da Educação e seria um difícil concurso saber qual deles foi o pior!

Ricardo Vélez queria mudar a forma como o golpe de 1964 é ensinado nos livros didáticos, queria que as escolas filmassem os alunos cantando o Hino Nacional. Colidiu com a ala olistava e foi substituído por Abraham Weintraub. Este afirmava que plantávamos maconha na universidade e que fazíamos orgias nos campi. A missão maior da universidade era fazer balbúrdia. Atacou a China e fugiu às pressas para os EUA para não ser preso. Foi substituído por Carlos Decotelli, que ficou uma semana no cargo por informações equivocadas no seu currículo Lattes. Depois veio Milton Ribeiro, o pastor que distribuía o dinheiro do FNDE a prefeituras ligadas a pastores evangélicos e ao Centrão. Pode-se dizer que era uma “era de ouro” no MEC, pois a propina era paga com barras de ouro pelo mesmo ministro que anda de Bíblia e pistola na maleta.

Temos que dar um basta nisso.

Vamos eleger um presidente comprometido com a ordem democrática e com políticas progressistas. Vamos eleger um senador pelo Rio de Janeiro que nos represente, e uma bancada federal e estadual que dê suporte a um governo democrático. O papel da AdUFRJ é atuar junto às demais forças progressistas e sindicais, somando esforços com partidos e movimentos sociais, para articular a derrota do bolsonarismo, a valorização do trabalho docente, a defesa da universidade pública e a reconstrução do Brasil. Vamos juntos!

Boa leitura!

## ATO DE SERVIDORES REIVINDICA REAJUSTE

Na terça-feira (31/5), servidores públicos se mobilizaram em todo o país em atos pelo reajuste salarial de 19,99% — percentual referente às perdas durante o governo Bolsonaro. A professora Mayra Goulart, vice-presidente da AdUFRJ, participou do ato em Brasília. “A sociedade civil, os professores, os alunos, os técnicos e outros servidores públicos federais estão unidos pressionando o governo por essa recomposição e pela valorização das universidades”, disse Mayra.

Em manifestação nas ruas da capital, o professor David Lobão, coordenador-geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), falou sobre a greve do sindicato, mobilizada desde o dia 16 de maio: “Essa é a luta em defesa da educação brasileira federal, que está sendo atacada a cada dia com diversos projetos rea-

cionários e conservadores que atravessam a nossa história, barrando aquilo que construímos de melhor nos últimos anos na educação brasileira”.

O ato se estendeu à Câmara dos Deputados, onde uma mesa de debates reuniu parlamentares e representantes de entidades sindicais. Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), denunciou os ataques do atual governo aos servidores públicos na abertura da mesa. “O país nunca precisou tanto do Serviço Público, mas, por incrível que pareça, o Serviço Público nunca foi tão atacado no Brasil como no governo Bolsonaro”, disse ele. O dirigente destacou que hoje o Brasil tem menos servidores públicos do que em 1991, segundo dados do Boletim Estatístico de Pessoal. “Um período em que a população do Brasil cresceu 40% e o número



MAYRA GOULART (de óculos) representou a AdUFRJ no ato

de servidores diminuiu. É inadmissível tudo isso”, completou.

O posicionamento do ministro da Economia, Paulo Guedes, que disse ser possível um ajuste de apenas 5%, também foi criticado. “Muito abaixo dos 20% que são legítimos, justos

e necessários para servidoras e servidores. Bolsonaro vive de mentir e de tentar colocar a população contra os servidores”, disse a deputada federal Sâmia Bomfim (PSOL-SP), que é servidora pública. (Estela Magalhães)

## CONVÊNIO

Os professores filiados à AdUFRJ contam com um setor de convênios, que firma parcerias com empresas prestadoras de serviços em diferentes áreas (veja relação abaixo). A proposta é oferecer descontos em estabelecimentos como escolas, cursos, academias, clínicas estéticas e de saúde, entre outros. Para mais informações, os interessados podem entrar em contato com Meriane, no tel: (21) 99358-2477 ou pelo e-mail: meriane@adufjr.org.br.

## RIO DE JANEIRO

-  MAPLE BEAR TIJUCA
-  MIT CUIDADORES
-  ACADEMIA TIJUCA FIT
-  MADONA CLINIC
-  PSICARE PSICARE
-  FISIOTERAPIA RJ LTDA
-  CRECHE AMANHECENDO
-  CRECHE ESCOLA RECRIAR
-  CESTA CAMPONESA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS
-  ROÇA URBANA ORGÂNICOS
-  JC LUZ CORRETORA
-  FLORA ENERGIA SUSTENTÁVEL
-  BAUKURS CENTRO DE ATIVIDADES CULTURAIS
-  ESCOLA ALFA
-  CLÍNICA ESTAÇÃO CORPORAL
-  HUMANA CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR
-  MAIS FITNESS ACADEMIA
-  CORPUS CENTRO DE QUALIDADE DE VIDA
-  RIO DE JANEIRO E MACAÉ INSPIRE ENERGIA SOLAR

## Raupp: ‘Podemos ter o shutdown da universidade’

> Pró-reitor de Finanças alerta para impacto dramático dos cortes na UFRJ, pois os recursos de manutenção só cobrem os custos até agosto. Cenário se repete em todas as universidades federais



KELVIN MELO  
kelvin@adufjr.org.br

O funcionamento da UFRJ só está garantido até agosto. Este é um dos resultados do mais recente corte imposto pelo governo Bolsonaro às áreas de Educação e Ciência e Tecnologia. A maior federal do país, que já trabalhava com um orçamento deficitário, sofreu uma “tesourada” de 7,2% dos recursos. O governo havia anunciado uma restrição ainda maior. Porém, no final da tarde de sexta-feira (3), após intensa pressão da comunidade acadêmica de todo o país, o Executivo recuou e, em vez de bloquear 14,5% do orçamento do MEC, comunicou às universidades que bloqueará 7,2%. No caso da UFRJ, significa que há recursos para o funcionamento apenas até agosto. “A situação do bloqueio é dramática para a UFRJ. Pela primeira vez, podemos ter o shutdown das universidades. Significa a necessidade de fechar por falta de orçamento e quebra de contratos”, explica o pró-reitor de Planejamento e Finanças, professor Eduardo Raupp.

A UFRJ já tinha empenhado — ou seja, indicado o dinheiro para a despesa — 90% dos recursos liberados pelo MEC. A partir do bloqueio, a administração central precisou correr para cancelar parte dos empenhos e recolher outros recursos para se adequar ao novo limite orçamentário. Os empenhos relacionados ao mês de agosto foram cancelados.

Todas as universidades receberam um corte linear de 7,2% em seus orçamentos. Internamente, a reitoria decidiu preservar a verba de assistência estudantil, mas teve que aplicar duros ajustes em outras rubricas. Foram recolhidos recursos distribuídos aos centros e às unidades acadêmicas pelo orçamento participativo. O Complexo Hospitalar também teve dinheiro bloqueado. Além disso, todos os recursos emergenciais destinados ao apoio das aulas presenciais — e não utilizados até o dia 31 — retornariam aos cofres da administração central.

O bloqueio do governo tem uma crueldade extra, no caso da UFRJ. Boa parte dele ocorreu nas chamadas receitas próprias da instituição — basicamente, o dinheiro arrecadado com aluguéis de terrenos da universidade.

O pró-reitor está bastante preocupado com as possibilidades de reversão do bloqueio. “Se não for revertido no contexto pré-eleitoral, dificilmente será revertido depois”. E qualquer que seja o resultado. “Seja porque teremos o mesmo governo, que já fez a opção por bloquear da educação e da C&T; seja porque teremos um novo governo,

“Estamos com um cenário que projeta um segundo semestre caótico para as universidades”

MARCUS DAVID  
Presidente da Andifes

que ainda não terá assumido e não terá ingerência sobre o orçamento”, esclarece. “Embora tecnicamente ainda seja um bloqueio, está mais com cara de um cancelamento”, critica.

## ANDIFES REAGE: “A SITUAÇÃO É GRAVÍSSIMA”

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) já organiza reuniões com representantes do governo para tentar reverter os cortes. “Também mobilizamos todos os reitores para acionar os parlamentares

de seus estados. E estamos estudando até mesmo a via judicial”, diz o professor Marcus David, presidente da entidade.

“A situação é gravíssima. Temos que considerar que este corte vem depois de uma série sucessiva de cortes. Tudo que era possível e impossível já foi feito pelas universidades”, diz. “Já estávamos com uma dificuldade imensa de administrar este orçamento. Estamos com um cenário que projeta um segundo semestre caótico para as universidades”.

Para o docente, que é economista, o grande problema é a emenda constitucional que limita os gastos públicos. A Lei de Responsabilidade Fiscal permite ao governo fazer ajustes orçamentários durante o ano, quando há indicativos de que não vai cumprir metas fiscais e, nos últimos anos, o teto de gastos. “O relatório publicado pelo Ministério da Economia referente a março e abril, divulgado no fim de maio, indica que a arrecadação subiu muito. O governo não tem problema para cumprir a meta fiscal prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Mas o relatório fala que não está conseguindo cumprir o teto de gastos. Isso justificaria a necessidade de cortes”, explica Marcus David. “Havia espaço para avaliações políticas, mas a priorização se deu sobre estas áreas (Educação e C&T). O MEC sofreu um corte de R\$ 1,6 bilhão”, criticou.

Uma das autoras de estudo inédito do Observatório do Conhecimento sobre o orçamento das áreas de Educação e C&T, a também economista Júlia

Bustamante concorda. “O teto de gastos estrangula não só o orçamento. Ele estrangula as possibilidades de construção de um desenvolvimento econômico nacional autônomo”, afirma. “O Brasil investe pouco e cada vez menos em Ciência e Educação. E, ainda assim, temos a previsão orçamentária sendo contingenciada”, completa. Se confirmados os cortes, as perdas do chamado “orçamento do conhecimento” vão superar R\$ 100 bilhões em apenas oito anos.

## ROMBO DE R\$ 1,8 BILHÃO

O quadro é crítico também no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, que ficou com um “rombo” de R\$ 1,8 bilhão, segundo a mais recente avaliação elaborada pela assessoria da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

A entidade ainda busca o detalhamento, mas, pelo tamanho do corte, existe o receio de que parte do Fundo Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) esteja na conta. Neste caso, o governo cometeria uma ilegalidade. “É evidente o ataque do governo federal à Ciência brasileira. Um ataque ilegal já que a Lei Complementar nº 177, de 2021, proíbe expressamente que o FNDCT sofra qualquer limitação de despesa”, diz trecho de nota da SBPC.

“O governo está falando que o corte é para pagar reajuste de servidores, mas a justificativa real é caber no teto de gastos. Este dinheiro não vai dar para pagar os servidores”, afirma a vice-presidente da SBPC, professora Fernanda Sobral.

## OBSERVATÓRIO PARTICIPA DE AUDIÊNCIA CONTRA CORTES

ESTELA MAGALHÃES  
comunica@adufjr.org.br

O orçamento das universidades despençou 62% em apenas sete anos, segundo levantamento do Observatório do Conhecimento, rede nacional de associações docentes liderada pela AdUFRJ. Os dados comparam o cenário do MEC entre 2014 e 2021 e foram apresentados em audiência pública na Câmara dos Deputados, em Brasília, na última quinta-feira. A vice-presidente da AdUFRJ, professora Mayra Goulart, participou do evento.

“Os cortes indicam um posicionamento do Governo Federal de desestímulo à pesquisa, à

tecnologia e ao ensino público superior”, argumenta Mayra. Ela pondera que os números refletem a desvalorização da universidade na gestão Bolsonaro.

Júlia Bustamante, economista do Observatório do Conhecimento, participou da audiência e apresentou os dados da pesquisa que indicam uma perda acumulada de quase R\$ 100 bilhões no orçamento da Ciência, Tecnologia e Educação nos últimos sete anos.

“Investir no desenvolvimento científico é um caminho não só para o crescimento econômico, mas também para redução de desigualdades e para melhora do bem-estar da população.

Esse gasto certamente não se restringe ao setor público ou aos pesquisadores”, analisa Júlia.

Em resposta ao bloqueio de recursos, o deputado Zé Neto (PT-BA) convocou e conduziu a audiência pública. “Com a pandemia, vimos o quanto foi importante o investimento tecnológico. Em pouco tempo, vimos os cientistas buscando a solução para o mundo e tudo isso só é possível com investimento”, diz.

O secretário executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, Sérgio Freitas de Almeida, também participou do encontro e tentou justificar os cortes, argumentando que a tesourada não se restringiu



MAYRA GOULART com o professor e deputado Israel Batista

à Educação e que não se trata de um contingenciamento. “É um bloqueio. É um mero impedimento da emissão de notas de empenho. A nossa visão é de que isso é temporário e que o orçamento será recomposto ao longo do 2022”, declara.

## MAIS AUDIÊNCIA

Na segunda-feira (6), a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados promove uma nova audiência pública sobre a situação das universidades federais brasileiras com relação aos cortes orçamentários. O evento será transmitido pela internet e terá participação do Observatório do Conhecimento.



# ADUFRJ FAZ ATO CONTRA CORTES NO ORÇAMENTO



SILVANA SÁ  
silvana@adufjr.org.br

Os cortes no orçamento do Ministério da Educação transformaram o debate com o pré-candidato ao Senado, o deputado federal Alessandro Molon (PSB-RJ), em um ato de protesto contra o sucateamento da área, no dia 30 de maio. Importantes pesquisadores da UFRJ participaram da iniciativa, incluindo a reitora, a professora Denise Pires de Carvalho. O presidente da AdUFRJ, professor João Torres, abriu o encontro salientando a importância de promover debates sobre temas ligados ao desenvolvimento nacional. Para ele, o atual governo tem uma agenda que promove o atraso ao não respeitar os direitos humanos, não apoiar os povos originários e ao realizar sucessivos cortes de recursos em áreas estratégicas para o país. "Mesmo o programa de vacinação contra a covid-19 foi levado a cabo contra o desejo do presidente", afirmou.

Sobre o MEC, João acrescentou que além do contingenciamento de recursos, a pasta acumula outros diversos prejuízos. "Corte de confiabilidade, de eficiência. A imagem do MEC está em frangalhos", disse. O debate já estava programado pela AdUFRJ e fez parte do ciclo "Educação, Ciência e Tecnologia no processo de reconstrução do Rio de Janeiro", organizado pelo sindicato com pré-candidatos ao Parlamento e ao Governo do Estado. O professor Eduardo Serra, da Escola Politécnica e pré-candidato ao governo do Rio pelo PCB, é o convidado do dia 6 de junho. Confira a seguir um pouco do que disseram os participantes da atividade.



## MOLON: GOVERNO DE DESTRUIÇÃO

Vejo aqui grandes físicos, muitos amigos meus. Quero colaborar para que grandes físicos e outros grandes pesquisadores tenham condições de trabalho. O Brasil tem que parar de exportar cérebros. Isso não acontece por falta de dinheiro. É falta de vontade de investir no desenvolvimento do nosso país. Desenvolvimento passa, necessariamente, por Ciência, Tecnologia e Inovação. O governo Temer criou a fraude do teto de gastos. É possível ter equilíbrio de contas sem teto de gastos. O governo Lula é a melhor prova disso. Essas são as eleições

mais importantes de nossas vidas. Se errarmos agora, talvez não tenhamos chance de mudar a trajetória deste país. Nós não temos o direito de errar. Tudo que acontece no Rio de Janeiro repercute no país inteiro, para o bem e para o mal. Foi o Rio de Janeiro que primeiro elegeu Eduardo Cunha, que começou a acabar com nossa democracia. Bolsonaro fez sua carreira aqui. É por isso que nossa tarefa é tão importante. Estamos diante do governo da destruição. A gente tem condição de derrotar o atraso para começar a reconstruir o Brasil.

ENTREVISTA | ALESSANDRO MOLON, DEPUTADO FEDERAL (PSB-RJ) E PRÉ-CANDIDATO AO SENADO

## "TETO DE GASTOS É UM CRIME CONTRA O PAÍS"

● **Jornal da AdUFRJ – O teto de gastos é prioridade para o Legislativo no ano que vem?**

■ **Alessandro Molon** – Sem dúvida nenhuma. Uma das primeiras coisas a serem feitas é a revogação do teto de gastos. É fundamental revogar esse dispositivo constitucional. É extremamente prejudicial para o Brasil, para a vida das pessoas, para o desenvolvimento nacional. O teto de gastos é um crime contra o país.

● **Quais as tarefas do Senado em relação à área de C&T?**

■ Primeiro nós temos que aumentar o orçamento da área.

O professor Luiz Davidovich lembrou há pouco, durante o debate, que a meta que a comunidade científica precisa defender é a destinação de 2% do Produto Interno Bruto para C&T. Essa tem que ser uma das nossas metas: garantir o aumento contínuo do orçamento até que a gente atinja esses 2% o mais rapidamente possível. É fundamental impedir o contingenciamento dos recursos para Ciência, Tecnologia e Inovação e garantir que o FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) seja executado sem

qualquer tipo de corte, porque é ilegal, como foi provado aqui.

● **Como o Legislativo pode enfrentar o desrespeito à escolha de reitores?**

■ Esse debate vai ter que ser feito pelo Parlamento. Aquilo que parecia uma boa ideia, que era a lista triplíce, mostrou deixar brechas para o desrespeito da autonomia universitária na escolha de seus dirigentes. Em muitas universidades foram escolhidas pessoas que não tinham respaldo de sua comunidade acadêmica. Então, esse modelo precisa ser rediscutido.

É preciso enfrentar esse tema na próxima legislatura para garantir que sejam escolhidos para dirigir as universidades aqueles que tenham respaldo das comunidades, aqueles que estejam preparados para isso. E não os preferidos dos governantes de plantão.

● **Como foi falar para uma plateia de estudantes e professores, o senhor que também é professor universitário?**

Eu tenho muita admiração por professoras e professores universitários, pesquisadores, gente que dedica sua vida para

recursos para o FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Nós brigávamos pela vergonha de 0,1% do Produto Interno Bruto, quando nossa meta é a destinação de 2% desse PIB para Ciência, Tecnologia e Inovação. Não falta dinheiro. Não estamos diante de uma crise. Não há crise no Brasil. Isso é projeto. Quando os cortes no orçamento estavam proibidos, eles chamavam de contingenciamento. Agora que a reserva de contingência está proibida por lei, eles inventaram o bloqueio. Estamos diante de uma guerra ao conhecimento.



## DAVIDOVICH: CRIME DE LESA-PÁTRIA

O que alguém que pretende destruir um país faria? Atacaria a Ciência, Tecnologia e a Educação, recomendaria remédios ineficazes, atacaria a cultura do nosso país, inclusive dos nossos povos originários, destruindo tribos inteiras. Tudo isso resultaria no domínio de um país sem (o uso de) tanques. É o que estamos vendo. É um crime de lesa-pátria que está sendo promovido por esse governo, por brasileiros. É preciso mudar essa forma de governar o país. São brasileiros que estão destruindo a capacidade produtiva do Brasil. No ano passado, brigávamos por

melhorar a vida das pessoas. Eu tenho um pé na academia, sou professor universitário também, mas atuo na política e, portanto, não consigo me dedicar permanentemente à pesquisa, mas tenho uma imensa admiração e gratidão por quem faz isso, porque presta um grande serviço para o país e para a humanidade. Então, para mim, é uma honra enorme estar ao lado dessas pessoas e poder, de alguma maneira, contribuir com meu trabalho na política para que a Ciência avance. Se eu conseguir fazer isso já vou me sentir mais do que recompensado.

## PRECISAMOS NOS INDIGNAR CADA VEZ MAIS PARA MUDAR A REALIDADE DO BRASIL

As universidades públicas brasileiras detêm a joia do nosso país. Nós produzimos, enquanto instituições públicas, 95% da pesquisa do Brasil. As universidades federais, sozinhas, respondem por mais de 60% da pesquisa desenvolvida em território nacional. Os cortes no orçamento são um ataque direto às universidades públicas, sobretudo às instituições federais de ensino.

Precisamos nos indignar sempre e cada vez mais para mudarmos essa realidade. Desta vez, a UFRJ sofreu cortes no orçamento já empenhado de 94%. Significa que estamos no vermelho. Isso é absolutamente inaceitável. O discurso é de que as universidades devem buscar recursos próprios e que há incentivo para que esses recursos sejam captados pelas instituições.

O problema é que nossos recursos próprios, como pagamentos de alugueis, por exemplo, também são contingenciados. As universidades buscam formas de complementar seus orçamentos e são penalizadas por isso, porque não podem utilizar esses recursos. Então, é uma falácia que nós devemos buscar outras formas de captação de verbas.



FOTOS: ALESSANDRO COSTA



## ILDEU MOREIRA: OS CORTES VIOLAM A LEI E VIOLAM A CONSTITUIÇÃO

O impacto do contingenciamento sobre o orçamento da Saúde é de R\$ 2,5 bilhões. Desde que o teto de gastos foi estabelecido, a pasta perdeu aproximadamente R\$ 40 bilhões entre

2018 e 2022. C&T perdeu R\$ 2,9 bilhões, sendo R\$ 2,5 bilhões relativos ao FNDCT. No entanto, as emendas do relator, de R\$ 16,5 bilhões, foram preservadas.

Há uma perda substantiva do orçamento público. Em 2021 conseguimos, com grande mobilização, o fim da reserva de contingência do FNDCT e o orçamento da área aumentou consideravelmente. Este ano, no entanto, fomos surpreendidos com o bloqueio dos recursos. Dos 4,5 bilhões disponíveis para aplicação em Ciência, Tecnologia e Inovação, R\$ 2 bilhões já estavam empenhados e o governo "passou o rodo" nos outros R\$ 2,5 bilhões. (No dia 01 de junho, a SBPC revisou os números e constatou o rombo de R\$ 1,8 bilhão, mas ainda há dúvidas sobre o valor real do corte).

Essas ações violam a lei, violam a Constituição. A Lei Complementar nº 177, de janeiro de 2021, proíbe a limitação de despesas do FNDCT. A Constituição Federal afirma que o Estado brasileiro deve priorizar o desenvolvimento científico e tecnológico, com apoio à pesquisa básica e tecnológica. Os cortes, portanto, são ilegais. E o argumento de que não há recursos é falso. O relatório de avaliação do segundo bimestre indica um superávit de R\$ 100 bilhões. Um caminho possível é entrar na Justiça para reverter os cortes.



## LIGIA BAHIA: O RIO DE JANEIRO É UM ESTADO MILICIANO

Nós somos o segundo maior Produto Interno Bruto do Brasil, mas somos o maior estado em número relativo de óbitos por covid-19. O Rio de Janeiro não está bem. O local onde moramos é um estado miliciano. E isso explica a péssima qualidade de vida a que estamos submetidos. Nosso momento político é muito delicado, não é momento para brincar. As eleições deste ano são muito decisivas e o Molon é o que de melhor nós temos no Rio de Janeiro. Justamente por isso, subscrevemos o apoio à sua pré-candidatura ao Senado Federal.



Nós produzimos, enquanto instituições públicas, 95% da pesquisa do Brasil



O argumento de que não há recursos é falso. Relatório de avaliação do segundo bimestre indica superávit de R\$ 100 bilhões



Somos o segundo maior PIB do Brasil e o maior estado em número relativo de óbitos por covid-19

## PERSONALIDADES POLÍTICAS DESTACAM PAPEL DA CIÊNCIA E DENUNCIAM CORTES

Pré-candidatos ao legislativo estadual e federal também foram prestigiar o ato. A professora Tatiana Roque, coordenadora do Fórum de Ciência e Cultura e pré-candidata a deputada federal pelo PSB-RJ, destacou a importância da mobilização para minimizar os prejuízos nas áreas de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação. "A gente já mostrou que quando a gente se mobiliza, a gente consegue reverter os cortes", disse a professora. Ex-presidente da AdUFRJ, ela lembrou uma série de atividades organizadas pelo sindicato em parceria com entidades científicas. Dentre as ações, Tatiana destacou campanhas como a Marcha do Conhecimento, o Conhecimento sem Cortes e o Tesourómetro. "O teto de gastos é muito perverso porque nos impõe a lógica da competição. Essa lei só existe no Brasil. Temos que sair dessa armadilha de competir por recursos públicos", afirmou.

O deputado estadual Carlos Minc (PSB-RJ), pré-candidato à reeleição ao legislativo estadual, citou uma série de leis e iniciativas de defesa do meio ambiente que só foram possíveis pelo respaldo científico da UFRJ. Ele citou como exemplos a proibição do uso do mercúrio na produção de cloro e a proibição do chumbo na gasolina. "Tudo isso aconteceu porque essa universidade mostrou caminhos, realizou ampla pesquisa, apresentou alternativas e salvou muitas vidas", contou. "Sem a universidade, não poderíamos ter enfrentado Bolsonaro quando ele era contra a vacina, contra a máscara, contra a Ciência".

Waldeck Carneiro, deputado estadual também pelo PSB-RJ e pré-candidato a deputado federal, destacou a importância da eleição deste ano. "Não será uma eleição convencional. A gente vai ter que decidir entre a civilização e a barbárie", pontuou. "Nós temos que derrotar Bolsonaro e o bolsonarismo. Não faz sentido pretender derrotar Bolsonaro e continuar com Cláudio Castro. Não faz sentido o Rio de Janeiro ter três senadores bolsonaristas. Isso não representa a diversidade do nosso estado".



O teto de gastos é muito perverso porque nos impõe a lógica da competição por recursos públicos



# CICLO DEBATE DESAFIOS DA CARREIRA DOCENTE NO PAÍS

ALEXANDRE MEDEIROS E LUCAS ABREU  
comunica@adufjr.org.br

Tão atacada e menosprezada pelo governo Bolsonaro, a carreira docente foi o tema central de duas mesas de debates promovidas pela AdUFRJ na sexta-feira passada (27), no Palácio Universitário, no campus da Praia Vermelha, com a participação de professores de várias instituições federais de ensino de todo o país. O mote para o ciclo de debates — intitulado Desafios da Carreira Docente — foi o décimo aniversário da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que estruturou o Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal, seus impactos na atividade acadêmica e as transformações por ela impostas, sobretudo no atual governo, em que são nítidos os retrocessos políticos e a perda de direitos dos servidores públicos federais.

As professoras Ana Lúcia Fernandes e Mayra Goulart, diretoras da AdUFRJ, mediaram as mesas que contaram com as participações de Elisa Guaraná (UFRRJ), Luiz Rojo (UFF), Maria Carlotto (UFABC), Mariuza Guimarães (UFMS), Ari Loureiro (UFPA), Andrea Stinghen (UFPR), Eleonora Ziller (UFRJ) e Luís Antonio Pasquetti (UnB). Os dilemas do retorno presencial pós-pandemia, a convivência entre a pesquisa acadêmica e a militância sindical e os desafios para os jovens docentes foram alguns dos temas abordados. “A AdUFRJ está de parabéns por ter nos proporcionado esse momento de reflexão, essa troca de ideias em torno de nossa carreira”, comentou a professora Andréa Stinghen ao final do encontro. Veja a seguir um resumo dos debates.

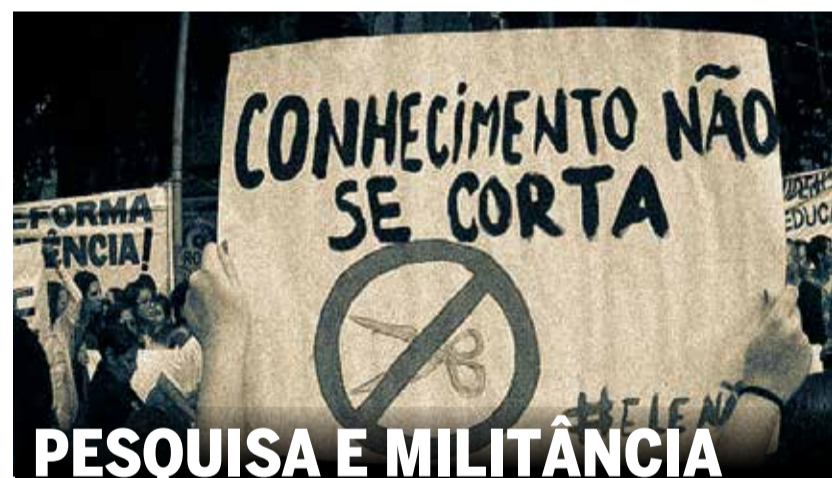


**CAMPANHA SALARIAL**

## ELISA GUARANÁ (UFRRJ)

“A campanha salarial é a ponta do iceberg. Por trás dela está uma discussão sobre o que é a educação pública e qual o papel das instituições de ensino superior”, avaliou a professora Elisa Guaraná, presidente da ADUR, na sua apresentação no ciclo de debates. Ela atribuiu ao movimento sindical um papel fundamental nessa reflexão, já que a trajetória das associações docentes está relacionada com a redemocratização e a luta por outro Estado, que foi defendida na Constituição de 1988. “Nós temos projetos em disputa sobre o Estado brasileiro, e nós fazemos parte dessa disputa”, disse.

Para Elisa, é fundamental ver a história dos ataques à carreira docente desde a redemocratização, e as vitórias conquistadas graças à luta sindical. Com essa avaliação feita, o diálogo com os docentes vai ser mais rico e propositivo, e com potencial maior de mobilização. “A última campanha salarial séria que tivemos foi em 2015, mas tivemos uma greve muito complicada. Parte dos servidores não estava entendendo que ali estava se formando um golpe. Isso resultou em fratura no nosso movimento sindical. Foi uma greve de desmobilização”, avaliou Elisa. Ela conta que, desde então, o Andes anunciou duas campanhas salariais vagas, em 2018 e 2019, que não mobilizaram a categoria. “Precisamos refletir sobre isso”, ponderou Elisa.



**PESQUISA E MILITÂNCIA**

## LUIZ ROJO (UFF)

Como conciliar os compromissos da carreira docente com a atividade sindical? O professor Luiz Rojo, da Universidade Federal Fluminense (UFF) tentou responder a esta pergunta partindo de uma provocação. “Precisamos começar a discutir ensino, pesquisa, extensão e gestão. Porque se defendemos tanto a autonomia universitária, que nossos gestores sejam eleitos por nós, significa que uma parcela razoável da comunidade vai estar ocupada com a gestão”.

A ironia é que, na avaliação de Rojo, o atual momento de cortes no financiamento da pesquisa coincide com a necessidade de um movimento sindical mais ativo. “O risco de não fazer essa articulação entre a carreira profissional e atividade sindical é que, em algum momento, a nossa extensão, pesquisa e autonomia universitárias são impactadas”, avaliou.

Para ele, a mobilização da categoria é uma saída. Quanto maior a participação dos professores no sindicato, mais fácil vai ser fazer a divisão do trabalho. “Temos que buscar reformular as estruturas do movimento sindical para que as pessoas possam entender que elas podem contribuir de alguma forma”, defendeu.

## MARIA CARLOTTO (UFABC)

A Universidade Federal do ABC tem apenas 15 anos de criação. Em sua apresentação, a professora Maria Carlotto, ex-presidente da ADUFABC, detalhou o perfil dos jovens docentes da instituição. “São 814 docentes, uma universidade pequena, mas com muitos desafios”, disse. Ela apontou que apenas 2% dos docentes são titulares, número considerado muito baixo.

Com um quadro jovem em uma universidade nova, os desafios para o movimento sindical aumentam. Segundo Maria Carlotto, a ADUFABC, criada em 2011, tem estrutura mínima e precária, que nunca contou com o desconto em folha. “Quando a UFABC surgiu, o governo já não aprovava mais o desconto em folha. E depois do governo Temer isso ficou absolutamente inviabilizado”, contou. Aproximadamente 20% dos docentes são sindicalizados, jovens em sua maioria, e fazem a contribuição de maneira voluntária. “Nunca tivemos a possibilidade de associar sindicalização e benefícios, como plano de saúde, por exemplo, porque isso já estava centralizado no Ministério da Economia. Os associados contribuem por consciência política”, explicou.

A ADUFABC surgiu em um momento em que a expansão do sistema superior de ensino era muito grande. De acordo com a professora, a percepção dos professores da universidade é que havia valorização da carreira. “Por conta disso, as nossas pautas e cultura sindicais são muito particulares. Para vocês terem uma ideia, a ADUFABC foi a seção sindical que mais votou, proporcionalmente, na oposição ao grupo político que dirige o Andes”, contou.

## MARIUZA GUIMARÃES (UFMS)

A professora Mariuza Guimarães, vice-presidente da ADUFMS, explicou como a Lei 12.772, que reestruturou a carreira docente como ela é hoje, impactou a universidade e os professores. “Temos um grupo de docentes muito jovem na universidade, que não conhece os processos vivenciados pela universidade brasileira, é importante termos este debate”, defendeu a professora. “A Lei 12.772 vai fazer um ajustamento aos moldes neoliberais. Então é preciso ter uma discussão com o próximo governo para sanar uma série de questões”, apontou a professora.

Segundo Mariuza, a categoria agora não pode pensar apenas em reajuste, mesmo considerando as perdas salariais, mas também na estrutura da carreira. E listou pontos importantes que devem ser defendidos pelos docentes: a retomada da carreira única docente, a valorização salarial e o incentivo à formação continuada, a reposição das perdas salariais, as mudanças nas estratégias de comunicação com os novos professores. “Nós entramos na universidade para fazer pesquisa, extensão, levar conhecimento para a população. Uma perspectiva política da profissão. Para esses novos docentes, a lógica de estar na universidade é fazer uma carreira, uma coisa voltada para si mesma. Precisamos descobrir como vamos dialogar com esses professores, inclusive para que eles se filiem ao sindicato”, explicou.



**LEI 12.772**

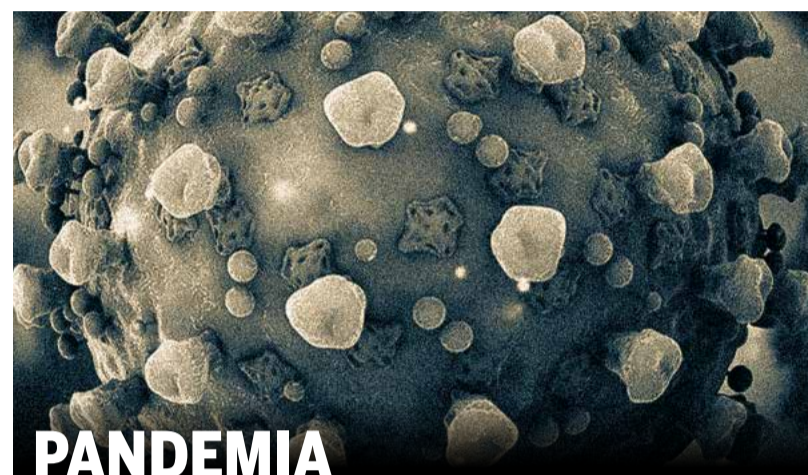


**MESA 1**



**MESA 2**

FOTOS: ALESSANDRO COSTA



**PANDEMIA**

## ARI LOUREIRO (UFPA)

A pandemia expôs os dilemas e os limites entre a vida profissional e a vida familiar de docentes de todo o país, e os impactos dessa exposição ainda não foram totalmente mensurados. Esse foi um dos aspectos abordados pelo professor Ari Loureiro, da Universidade Federal do Pará (UFPA), em sua palestra sobre os problemas do retorno presencial pós-pandemia nas instituições federais de ensino superior do país. Segundo ele, um dos aspectos preocupantes observados na UFPA é o aumento do afastamento de docentes por problemas psiquiátricos.

“Durante a pandemia, muitos professores enfrentaram dificuldades de adaptação ao ambiente virtual de trabalho. O próprio acesso às ferramentas tecnológicas de ensino remoto foi problemático, as universidades não estavam preparadas para isso. Foi um processo muito desgastante e que impactou nossa dinâmica familiar também”, observou Loureiro. Para ele, os docentes perderam, durante a pandemia, a necessária separação entre o trabalho e a vida em família. “Não tínhamos mais limites para nossas jornadas de trabalho e isso se fundiu com o tempo dedicado à vida social e familiar. O trabalho invadiu nossa dinâmica pessoal de uma forma que ainda não podemos mensurar”.

Para o professor, com o retorno às atividades presenciais, é necessário um diálogo sobre os efeitos do trabalho docente durante pandemia para que se construam políticas públicas no ensino superior brasileiro que contemplem situações como essa. “Não vejo ainda esse diálogo acontecer com organismos do governo federal, no sentido de construção de um plano de apoio à carreira docente diante de um quadro de pandemia, ou mesmo de ações concretas de reparação de danos que nos foram impostos nesse período”.



**INSALUBRIDADE**

## ANDRÉA STINGHEN (UFPR)

Única debatedora a participar de forma virtual do encontro — foi diagnosticada com covid-19 —, a farmacêutica e bioquímica Andréa Stinghen, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), centrou sua palestra em um problema que vem afligindo docentes de todo o país e que é particularmente sensível na UFRJ: o pagamento dos adicionais de insalubridade. Vice-presidente da Associação dos Professores da UFPR (APUFPR), Andréa disse que a entidade sindical tem conseguido vitórias expressivas na Justiça para garantir o pagamento dos adicionais. Ela falou também sobre os impasses administrativos para as progressões de carreira.

“As universidades têm que entender que o adicional de insalubridade é uma compensação pela falta de condições ideais de trabalho de quem está exposto a agentes nocivos à saúde”, defendeu a professora. Segundo ela, a APUFPR traçou como estratégia para contrapor a negativa de pagamento dos adicionais na UFPR a contratação de um engenheiro do trabalho para a confecção de laudos próprios. “Esses laudos contestaram os laudos feitos pela universidade e abriram caminho para vitórias na Justiça. Fizemos laudos para mais de 50 professores”, contou Andréa.

Também pela via judicial, a APUFPR conseguiu antecipar a aposentadoria de oito docentes, com a comprovação de que eles tiveram ao menos 25 anos ininterruptos de trabalho insalubre. “É preciso atentar para o fato de que docentes expostos podem antecipar a aposentadoria”, lembrou ela. Andréa ressaltou ainda que a APUFPR obteve ganho de causa na Justiça em uma ação coletiva impretada para que fossem pagos os adicionais durante a pandemia — a universidade suspendera o pagamento. “É um caminho que outras entidades sindicais devem seguir”, orientou.



**CARREIRA DOCENTE**

## ELEONORA ZILLER (UFRJ)

Ex-presidente da AdUFRJ e professora da Faculdade de Letras, Eleonora Ziller traçou um sólido histórico sobre a evolução da carreira docente e da produção científica no Brasil para evidenciar a falta de um projeto de universidade pública e gratuita por parte do atual governo. “Até em um dos períodos mais duros da ditadura militar, em 1978, as universidades foram expandidas. Dentro de um projeto conservador, sim, mas foram introduzidas mudanças que desenharam a universidade tal como ela é hoje. Mesmo num quadro de ditadura e violência, e por mais que discordássemos dele, o Estado brasileiro tinha um projeto de universidade pública com um papel no desenvolvimento nacional”, recordou Eleonora.

Segundo a professora, o que se viu a partir de 2019 foi um quadro de destruição. “Foi um ataque frontal, e não contra o movimento docente, estudiantil ou de servidores, mas sim de desmoralização, de desagregação da vida universitária. O melhor exemplo disso são as intervenções em várias universidades, com a nomeação do segundo ou do terceiro da lista apenas para desorganizar, desestruturar, dificultar o funcionamento da instituição. É um quadro que não tem paralelo na nossa história”, comparou ela.

Eleonora acredita que para retomar o debate da carreira docente é preciso mudar a forma de agir no meio sindical. Ela lembrou que, no final dos anos 1970, na fundação do Andes, não havia contraposição entre o mundo acadêmico e o mundo sindical. E que, ao longo da década de 1980, se construiu uma grande frente em defesa da universidade e da democracia, reunindo reitores, associações de docentes e entidades científicas. “Esse espírito precisa ser retomado. Tem que sentar como reitores, com a SBPC e construir um consenso sobre a carreira docente, sobre os modos de avaliar a produção científica. É um esforço político consciente que os sindicatos precisam empreender”, concluiu.



**FUNPRES**

## LUIÍS ANTONIO PASQUETTI (UNB)

Os caminhos para a aposentadoria dos docentes do ensino superior foram esquadrihados na palestra do professor Luís Antonio Pasquetti, da Universidade de Brasília (UnB). Ex-presidente da ADUnB, Pasquetti fez um histórico das lutas sindicais e populares desde a conquista da primeira legislação sobre o tema no país, em 26 de março de 1888, com a regulamentação do direito à aposentadoria dos empregados dos Correios do Império, assinada pela princesa Isabel menos de dois meses antes da Lei Áurea.

Pasquetti centrou suas principais observações em torno da criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp). Criada em 2012, a fundação tem, em números de abril deste ano, 90 mil participantes ativos, 185 patrocinadores e patrimônio estimado de R\$ 5,4 bilhões. O professor explicou detalhadamente como são feitas as contribuições — que são complementares às feitas para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) —, e as contrapartidas dos órgãos aos quais os servidores são vinculados. E suscitou pontos de reflexão sobre a migração ou adesão à Funpresp.

“É recomendável avaliar com calma a migração, pois o servidor, ao optar por ela, muda as regras da própria aposentadoria, que deixa de ser regida apenas pelo RPPS e passa a ser uma combinação do Regime de Previdência Complementar (RPC) com o RPPS”, alertou Pasquetti. Para ele, essa também é uma questão política, que deve envolver as entidades sindicais. “Temos que garantir o financiamento público das aposentadorias e precisamos de um sindicalismo que tenha capacidade de negociar, articular e mobilizar sua base em defesa dos serviços públicos e contra as políticas neo e ultraliberais”.



# ELEIÇÃO PARA O CR SERÁ NOS DIAS 6 E 7

A escolha dos novos nomes para os cargos vagos do Conselho de Representantes da AdUFRJ (biênio 2021-2023) será feita de forma online nos próximos dias 6 e 7. Os eleitores aptos a votar receberão no domingo (5), no e-mail cadastrado no sindicato, um link e as informações para acesso à cédula. A votação só estará liberada a partir das 8h de segunda-feira (6) e se encerrará às 18h de terça-feira (7). Se você não receber o e-mail com as informações de acesso,

entre em contato com o celular 21-99365-4514 (WhatsApp), na segunda-feira (6), de 9h às 17h. Veja a lista dos candidatos ao CR e suas respectivas unidades:

Campus Duque de Caxias: Leonardo Maciel de Oliveira Pinto; Colégio de Aplicação: Renata Lucia Baptista Flores, Glauber Resende Domingues; Escola de Música: Leonardo Fuks, Sheila Zagury, Samuel Mello Araujo Junior; Escola de Química: Papa Matar Ndiaye; Faculdade de Administração

e Ciências Contábeis: Marcelo Castañeda de Araujo; Instituto de Biologia: Paulo Cesar de Paiva; Instituto de Matemática: Ademir Fernando Pazoto, Angela Cassia Biazutti; Instituto de Microbiologia: Mateus Gomes de Godoy, Dirlei Nico; Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos: Fernanda Maria da Costa Vieira; Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social/CT: Gustavo Carvalhaes Xavier Martins Pontual Machado.

## NOCA DA PORTELA É HONORIS CAUSA

O compositor Noca da Portela recebeu na quinta-feira (2) o título de Doutor Honoris Causa, concedido em 2020, em cerimônia no Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ. Ligado à Portela, ele compôs mais de 300 músicas gravadas por cantores consagrados, inclusive o samba comemorativo do centenário UFRJ, "100 Anos de Arte, Ciência e Balbúrdia".

**DEBATE:**

## A UNIVERSIDADE ANTES E DEPOIS DAS COTAS

**UM PASSO PRA DENTRO E MUITOS PRO MUNDO.**  
10 ANOS DA LEI DE COTAS RACIAIS NO BRASIL

**DATA:** 10/06 (sexta), às 11h  
**LOCAL:** Salão Muniz Aragão (campus da Praia Vermelha)



**VAMOS LÁ!**

**COM:**

**FLÁVIA OLIVEIRA,** jornalista da GloboNews

**WESLEY TEIXEIRA** Perifa Connetion e Coalizão Negra por Direitos

**ROSANA HERINGER** professora da UFRJ

**TATIANA ROGUE** professora da UFRJ

**MIRIAM LEITÃO** jornalista da GloboNews

**GRACYELLE COSTA** professora da UFRJ e diretora do NEABI

**MEDIAÇÃO:**



**AdUFRJ**  
PROFESSORES DA UFRJ

convida para o debate



**dia 06/06, 12h, Fundão**  
Auditório Bloco E-212 do Centro de Tecnologia

# Ciência e Tecnologia

para a reconstrução do Rio de Janeiro

com o professor

# EDUARDO SERRA